

# Avanços e Desafios das Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis e Resíduos Sólidos de Londrina

## Solid Residues and recyclable Materials Collectors Cooperatives of Londrina: Advances and Challenges

Lilian de Lima Pires<sup>a</sup>; Luís Miguel Luzio dos Santos<sup>b\*</sup>

<sup>a</sup>Universidade Estadual de Londrina, Pós-Graduação em Gestão Contemporânea de Recursos Humanos, PR, Brasil

<sup>b</sup>Universidade Estadual de Londrina, Programa de Pós-Graduação em Administração, PR, Brasil

\*E-mail: lmig@uol.com.br

---

### Resumo

Entre as propostas que merecem destaque no âmbito da inclusão social, estão as iniciativas de economia solidária sob a forma de cooperativas autogestionárias, compostas por pessoas de baixa renda, desempregadas ou subempregadas, que extraem dessa atividade o único meio de sobrevivência. Esta pesquisa buscou contextualizar a situação atual das Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis e Resíduos Sólidos de Londrina, PR, levantar o seu perfil e relevância na busca por alternativas de enfrentamento aos problemas de desigualdade e exclusão social, bem como apresentar os desafios e avanços alcançados. Foi realizada uma pesquisa descritiva-exploratória, de natureza qualitativa, por meio de entrevistas semiestruturadas junto aos representantes de três entidades. Salienta-se que as cooperativas têm estimulado a geração de trabalho e renda; também ficam evidentes os benefícios sociais alcançados pelos seus membros. As parcerias com o poder público apresentam certa fragilidade, mas são fundamentais para a viabilização das atividades e a melhoria da renda dos cooperados.

**Palavras-chave:** Economia Solidária. Cooperativismo. Catadores de Materiais Recicláveis.

### Abstract

*In the context of social inclusion, the solidary economy initiatives deserve special attention as self-managing cooperatives involving low income, unemployed and underemployed people whose survival depends exclusively on this activity. The objective of this research was to contextualize the current situation of the Solid Residues and Recyclable Materials Collectors Cooperative of Londrina, PR, to define its profile and relevance aimed to search for alternatives for social exclusion problems as well as to present the challenges and advances already achieved. A qualitative, descriptive-exploratory research was carried out using semi-structures interviews with representatives of the three organizations. It is important to emphasize that these cooperatives have stimulated job and income generation, bringing social benefits to their members. Partnerships with the public sector may be fragile but fundamental to make activities and cooperates' income improvement viable.*

**Keywords:** Solidary Economy. Cooperatives. Recyclable Materials Collectors.

---

## 1 Introdução

A economia solidária nasce como uma iniciativa que, a partir de crises estruturais de mercado na década de 1980, voltou-se para soluções coletivas de empreendedorismo, instituindo grupos informais e outras maneiras de organização, buscando a geração de trabalho e renda com base na prática solidária (GAIGER, 2003). Para Gaiger (2003), tais iniciativas, suscitadas por movimentos sociais, frações do sindicalismo e outras entidades civis, surgiram como uma forma de ruptura nas relações de produção exclusivamente capitalistas, representando a urgência de um novo modelo de organização do trabalho e das atividades econômicas em geral.

Destaca-se que o Brasil vive um momento extremamente favorável de crescimento econômico e, nesse cenário, se sobressai o desafio de ajustar as distorções sociais históricas que levaram milhões de brasileiros à exclusão absoluta. Incorpora-se o desafio de crescimento aliado ao desenvolvimento social, a necessidade da busca pelo equilíbrio ambiental, ameaçado pelo modelo de crescimento econômico desordenado e predatório (SANTOS; LIMA; FERREIRA, 2010).

Atualmente, o lixo é um dos maiores problemas ambientais em todo o mundo. O volume dos resíduos sólidos aumenta com o incremento do consumo, problema agravado pelo crescimento da concentração das populações urbanas e pelo encarecimento ou redução das áreas destinadas aos aterros sanitários. Nesse contexto, surgem iniciativas que buscam equacionar a demanda ambiental com a dimensão econômica e social. As atividades de coleta, seleção e reciclagem têm se destacado no Brasil, tornando-se uma fonte de trabalho e renda para uma grande parcela de pessoas de baixa renda, desempregadas ou subempregadas, que extraem dessa atividade seu único meio de sobrevivência.

Na cidade de Londrina, interior do Paraná, observa-se um cenário semelhante ao de muitas outras cidades brasileiras, onde há um grande número de pessoas que não consegue ingressar no mercado formal de trabalho, sendo naturalmente excluídos os mais pobres e menos qualificados. Parcela desse contingente busca, nas atividades de coleta de resíduos sólidos, garantir uma fonte de renda e realiza um trabalho de grande relevância ambiental ao contribuir para a redução do acúmulo de resíduos. Em 2009, foi criada a primeira Cooperativa dos

Catadores de Materiais Recicláveis e de Resíduos Sólidos de Londrina – Coopersil; a organização dos trabalhadores em forma de cooperativa possibilitou a realização de parceria com o poder público municipal.

O objetivo geral desta pesquisa é contextualizar a situação atual das Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis e Resíduos Sólidos de Londrina, PR, apresentar seus avanços e desafios e apontar sua relevância na busca por alternativas de enfrentamento aos problemas de desigualdade e exclusão social, elencando os desafios e avanços alcançados. Para responder à questão da pesquisa e atingir os objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa descritiva-exploratória, a qual se classifica como qualitativa, uma vez que se busca compreender o fenômeno em profundidade. As informações foram viabilizadas por meio de entrevistas semiestruturadas junto a representantes das três Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis e de Resíduos Sólidos de Londrina, PR, que possuem contrato firmado com o poder público municipal, a Coocepeve, a Cooperoeste e a Cooper Região. As entrevistas pré-agendadas foram realizadas nos entrepostos e escritórios das cooperativas entre 11 e 28 de junho de 2013. Também foi realizada pesquisa documental e consulta a periódicos.

## 2 Material e Métodos

### 2.1 Fundamentação teórica

#### 2.1.1 O sistema capitalista e a reprodução das desigualdades

De acordo com Santos (2002), a crítica ao sistema capitalista baseia-se em três características negativas: a primeira é que o capitalismo gera desigualdades de recursos e de poder, sendo que as condições que possibilitam o acúmulo geram desigualdades dramáticas entre países e classes sociais. A segunda característica é que as relações de concorrência impostas pelo mercado capitalista produzem formas de sociabilidade empobrecidas, com base nos interesses individuais. E, em terceiro lugar, o aumento da exploração dos recursos naturais põe em risco as condições de vida no planeta, uma vez que o modelo de produção e consumo determinados pelo capitalismo é insustentável.

Para Cattani (2003), a economia capitalista deve ser superada, pois sob todos os aspectos, ela é predatória, exploradora, desumana e, sobretudo, medíocre, não correspondendo mais às potencialidades do tempo presente. Além disso, a competência capitalista não considera, senão utilitariamente, os potenciais benefícios sociais gerados pela ação econômica, tais como a valorização do ser humano, a preservação ambiental, a qualidade de vida e os postos de trabalho. O sistema desconsidera, ainda, questões como o consumo de recursos não renováveis ou o repasse dos custos para o exterior da empresa ou o comprometimento das gerações futuras. Santos (2002) assinala que as relações de concorrência exigidas pelo mercado geram formas de sociabilidade empobrecidas, baseadas no benefício pessoal em vez de maior solidariedade coletiva.

A desigualdade social tem sido um tema amplamente abordado na ciência econômica e social. O próprio conceito de progresso e desenvolvimento tem sido dominado por contradições; é comum a análise de que o crescimento da economia, puramente, não reduz as desigualdades (BARROS; HENRIQUE; MENDONÇA, 2000). Se as desigualdades tendem a se reproduzir, medidas de crescimento que não consideram as próprias desigualdades sociais existentes, como a oportunidade ou falta de qualificação, serão, ainda assim, excludentes (GAIGER, 2003).

A remuneração pelo trabalho é a principal causa da desigualdade no Brasil, e as correções de desigualdade econômica só serão efetivas quando uma parcela maior da população tiver acesso à renda através do trabalho.

Para Gaiger (2003, p.28).

É preciso, porém, mudar o ponto de vista. Medidas que cessem com a reprodução das desigualdades precisam ter como ponto de partida acionar o protagonismo dos pobres. Só assim medidas que seriam meramente assistenciais se tornarão eficazes. Assim como a reprodução das desigualdades se reproduz pelas oportunidades e pelo sentimento de incapacidade, o protagonismo destes agentes desperta a capacidade de se tornarem sujeitos econômicos capazes de reterem para si seu ganho e construir um capital que lhes possa conferir poder a garantia de seus direitos. Porém, se esta oportunidade não for dada, dificilmente se conseguirá sair do círculo vicioso ao qual sempre foram empurrados os indivíduos em fragilidade social no Brasil.

No Brasil, a forma mais utilizada para mensurar a desigualdade econômica é mediante a aquisição de renda, não somente pelo trabalho, mas também pelos rendimentos. Nesse sentido, buscou-se, então, levantar alguns dados do IBGE (2010), visando apresentar a quantidade de brasileiros extremamente pobres. Em consonância com o último censo, realizado em 2010, há 16,2 milhões de pessoas em condição de extrema pobreza no Brasil, considerando como linha de extrema pobreza a renda familiar *per capita* de até R\$ 70,00.

Apesar de ostentar a quarta maior economia do Estado do Paraná, a cidade de Londrina apresenta os mesmos contrastes entre riqueza e pobreza que vêm sendo registrados em todo o país. Dados do Censo Demográfico 2010, realizado pelo IBGE (2010), indicam que Londrina possui 51.177 pessoas entre a linha da indigência e da pobreza. Esse contingente populacional apresenta um rendimento per capita menor que  $\frac{1}{2}$  salário mínimo ou não possui nenhum rendimento de trabalho, apenas de benefícios assistenciais.

A remuneração pelo trabalho é um dos fatores de maior peso na determinação da desigualdade econômica, portanto procurou-se, aqui, retratar um pouco da realidade brasileira e local. Nesse âmbito, outra forma de organização socioeconômica assume um papel importante, no sentido de contribuir para a redução das desigualdades, porque medidas orientadas à ativação econômica dos setores sociais empobrecidos, e não somente a melhorias em sua capacidade de consumo são as mais indicadas para provocar efeitos benéficos sobre a equidade e o desenvolvimento social e econômico (KLIKSBURG, 2002).

### 2.1.2 Economia Solidária como alternativa de enfrentamento às desigualdades de recursos e de poder

A Economia Solidária surge como forma de produção e distribuição alternativa ao capitalismo, criado e recriado pelos que estão ou temem ficar marginalizados no mercado de trabalho. É caracterizada pela cooperação, autogestão, autonomia de cada grupo de produção, igualdade entre seus membros, desenvolvimento humano e responsabilidade social. A economia solidária integra o conceito da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição, com o princípio da socialização desses meios (SINGER, 2002).

A economia solidária é uma perspectiva de desenvolvimento econômico e social com base em novos valores culturais e novas práticas de trabalho e relação social, que visa à sustentabilidade, justiça econômica, social, cultural e ambiental e democracia participativa (SINGER, 1999). É materializada por meio dos empreendimentos econômicos solidários, que abrangem desde grupos informais, associações, cooperativas, até as empresas recuperadas, chamadas autogestionárias. Em sua grande maioria, os empreendimentos são constituídos por trabalhadores de segmentos sociais de baixa renda, trabalhadores informais, desempregados e pelos pobres. Essa economia surge como uma alternativa de geração de trabalho e renda, tornando-se também um meio relevante de promover a inclusão social.

Também é conferida à economia solidária uma função além de configurar-se em apenas uma resposta à insuficiência do capitalismo de integrar todos os seus membros. Singer (2002) assevera que a economia solidária pode ser uma “alternativa superior ao capitalismo”, e acrescenta que essa superioridade não diz respeito somente a aspectos econômicos, mas também proporciona qualidade de vida aos seus produtores e consumidores.

Conforme Gaiger e Ogando (2004), a economia solidária, no que se refere à redução das desigualdades econômicas, atua fundamentalmente na faixa situada logo acima da linha da pobreza, “trazendo da informalidade, do desemprego, daqueles não qualificados, dos que recebem assistência, dos que se encontram em lugares isolados a mercê de atravessadores”. Para os autores, são pessoas:

em empregos sem prestígio, pouco qualificados, mal remunerados e instáveis, de setores em que a diminuição de custos é tradicionalmente a principal e quase única estratégia competitiva. A isso devemos acrescentar outros benefícios [à economia solidária], como a indiscriminação de jovens, velhos, mulheres e negros (GAIGER; OGANDO, 2004, p.25).

Ainda segundo Gaiger e Ogando (2004), é possível afirmar que essas iniciativas geram, entre seus membros, vínculos de reciprocidade como alicerce de suas relações de cooperação. Do mesmo modo, a solidariedade é ampliada aos setores sociais mais precários. Dentro do seu campo de ação, os empreendimentos solidários tendem a incidir sobre divisões soberanas na sociedade, rompendo elos de reprodução das desigualdades. Assim, a simples presença desses empreendimentos no contexto econômico pode ser

considerada fator gerador de equidade.

Entre os vários tipos de empreendimentos solidários estão as cooperativas, caracterizadas como uma associação composta por pessoas físicas ou jurídicas, cujo objetivo é a participação na vida econômica, pelo uso da expansão mútua e da responsabilidade, democracia, solidariedade, igualdade e equidade, em que predominam os valores éticos representados pela transparência, honestidade, responsabilidade social e preocupação com o semelhante.

Singer (2005) alega que diante das novas dinâmicas do capitalismo, as cooperativas, no âmbito da economia solidária, são promessa de alternativas de produção emancipadoras e podem estabelecer uma contraposição à submissão do trabalho ao capital, fomentando princípios não capitalistas, mesmo inseridas no mercado capitalista. Além disso, podem desenvolver a capacidade de encarar o mercado global contemporâneo e estimular uma maneira de diminuição dos níveis de desigualdade, uma vez que, além de trabalhadores, os cooperados são também proprietários do empreendimento. Singer (2005) ressalta que as cooperativas podem trazer benefícios, não só econômicos para os seus membros, mas para além desses, sociais e ambientais, para o conjunto das comunidades na quais se inserem.

Assim, as cooperativas de economia solidária têm a capacidade de integrar os membros excluídos do sistema de produção capitalista e proporcionar um processo de conquista da subsistência, dignidade e emancipação, à medida que tendem a manifestar-se como alternativa aos sujeitos envolvidos, de saída do modelo capitalista e das desigualdades extremas.

Diante do exposto, pode-se considerar que o cooperativismo, ante a economia solidária e a realidade econômica mundial e nacional, pode ser encarado como mecanismo de inclusão social e desenvolvimento, vindo a suprir algumas deficiências do Estado e do mercado, que cada vez mais têm se demonstrado incapazes de corrigir certas distorções criadas pelo capitalismo neoliberal globalizado, principalmente acerca da distribuição de renda e desemprego. Destaca-se que o cooperativismo desenvolve e propõe atividades alternativas aos associados e familiares e pode lhes proporcionar melhoria nas condições econômicas, no desenvolvimento humano e na qualidade de vida (ANNIBELLI, 2008).

### 2.1.3 Cooperativas de catadores de materiais recicláveis e resíduos sólidos: perspectivas de sustentabilidade

Santos (2002) registra que a crescente exploração dos recursos naturais em nível global põe em perigo as condições físicas de vida no planeta terra. O conceito econômico e tecnológico dominante gerou uma degradação socioambiental que põe o futuro da humanidade em risco. O ritmo de destruição dos recursos essenciais para a manutenção da vida é assustador, e a disparidade do consumo entre os habitantes do planeta nunca foi tão grande.

Na Carta dos Princípios redigida pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária consta que a economia solidária constitui-se no alicerce de uma globalização humanizadora

de um desenvolvimento sustentável socialmente justo e tende a buscar a satisfação racional das necessidades de todos os seres humanos. Se em um primeiro momento as demandas da economia solidária e da proteção ambiental parecem convergir e se complementar, especialmente no campo discursivo, um olhar mais detido pode evidenciar que uma sobreposição automática dos dois temas pode esconder vários problemas e contradições (SANTOS, BORINELLI, 2010, p.11).

A busca cada vez mais disseminada e criteriosa por produtos e serviços que considerem os impactos ambientais em todo o seu ciclo de vida abre um leque de oportunidades sem precedentes para os empreendimentos de ES. Um universo de novas possibilidades vem sendo aberto para iniciativas que congreguem no processo econômico dimensões como a inclusão, distribuição de renda, a preservação de comunidades tradicionais e de culturas e espécies ameaçadas de extinção.

Atualmente, o lixo é um dos maiores problemas ambientais em todo o mundo, por ser o produto principal e mais abundante desse tempo, resultado final de toda e qualquer ação de consumo. Fruto de uma lógica de vida baseada na produção e no consumo exagerado, a enorme geração de resíduos é acentuada pela incorporação das embalagens na sua definição, como aquilo que não serve mais e pela pouca aplicação de tecnologias de reutilização e reciclagem. É também fonte de preocupação das administrações públicas municipais por ser, quando mal gerenciado, um foco de doenças e poluição ambiental ou, do contrário, um voraz consumidor dos recursos públicos (LOPES, 2006).

Deste modo, ao considerar a problemática ambiental e social gerada pelo acúmulo de resíduos sólidos e os padrões de consumo crescentes, ante a opção pela reciclagem em face da redução, as cooperativas de catadores, compostas por indivíduos socialmente excluídos, ganham extrema importância ao inserirem esses cooperados na figura de verdadeiros agentes ambientais (MAGNI, 2011).

Com a publicação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010), houve um avanço para atender às demandas sociais e à necessidade de prestação de serviço público de coleta de materiais recicláveis e resíduos sólidos. Essa política conferiu incentivo e proteção às organizações de catadores, no entanto, a lei possibilita ao órgão público contratar cooperativas, mas não é instituída a priorização da contratação dessas organizações. O Decreto 7.404/2010, que a regulamenta, atribui aos municípios, a competência para desenvolver planos municipais de gestão integrada que incluam todos os interessados, especialmente as cooperativas de catadores de baixa renda. Um grande estímulo aos municípios para a contratação das cooperativas também se dá na prioridade de acesso a recursos da União aos municípios que implantarem a coleta seletiva com a participação das cooperativas.

Essas organizações também tendem a gozar de maior legitimidade em relação às empresas tradicionais na proposição de uma produção e consumo sustentáveis. Assim, salienta-se a importância da cultura política no sentido de buscar aliar a

necessidade de prestar um serviço público essencial às demandas sociais. O favorecimento da contratação de empreendimentos solidários para prestação de serviços públicos, como o caso das cooperativas de catadores de materiais recicláveis e resíduos sólidos, contribui para a inclusão social daqueles que se encontram excluídos e rejeitados, reduz gastos públicos com despesas sociais e de destinação do lixo urbano, além de colaborar para a preservação do planeta.

## 2.2 Metodologia

Para responder à questão da pesquisa e alcançar os objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa descritiva-exploratória, a qual, na acepção de Andrade (2010), proporciona maiores informações sobre determinado assunto, facilita a delimitação de um tema e favorece a definição dos objetivos ou a formulação de hipóteses de uma pesquisa ou, ainda, a descoberta de novo tipo de enfoque para o trabalho que se tem em mente. Este presente estudo tem caráter qualitativo, com realização de entrevistas de campo.

Godoy (1995) descreve a pesquisa qualitativa como um fenômeno que pode ser compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado dentro de uma perspectiva íntegra. Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando “captar” o fenômeno em estudo a partir das perspectivas das pessoas nele envolvidas, considerando os pontos de vista relevantes.

As informações para esta pesquisa foram viabilizadas mediante entrevistas semiestruturadas, junto a representantes das três Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis e de Resíduos Sólidos de Londrina, PR, que têm contrato firmado com o poder público municipal: a Coocepeve, a Cooperoeste e a Cooper Região. As entrevistas, pré-agendadas, foram realizadas nos entrepostos e escritórios das cooperativas entre 11 e 28 de junho de 2013 e os entrevistados foram identificados por suas iniciais. Optou-se pela realização de entrevistas por propiciar ao pesquisador maior flexibilidade e oportunidade de obter dados relevantes e mais precisos sobre o objeto de estudo (BARROS; LEHFELD, 2007). Para maior captação de pormenores, todas as entrevistas foram gravadas, com o uso do gravador autorizado pelos entrevistados. Também foi realizada pesquisa documental e consulta a periódicos.

As perguntas foram divididas em categorias de análise que nortearam os pesquisadores na abordagem aos entrevistados e apresentação dos resultados e contemplaram questões relativas ao perfil das cooperativas, gestão, comercialização, relação com o poder público municipal, qualidade de vida e inclusão social.

## 3 Resultados e Discussão

### 3.1 Perfil das cooperativas

Londrina se consolidou como pólo regional de bens e serviços e se tornou a terceira mais importante cidade do sul do Brasil na década de 1990. Sua história foi marcada pela expansão

da economia cafeeira na década de 1920, o que contribuiu para que a cidade crescesse muito rapidamente, chegando a atingir mais de meio milhão de habitantes no ano de 2013. A partir dos anos 1970, o perfil econômico da cidade de Londrina evoluiu progressivamente para um importante e diversificado centro industrial e econômico regional, tornando-se uma das principais cidades do interior do Brasil (LONDRINA, 2013).

Na cidade de Londrina, PR, a coleta seletiva existe desde o ano de 1996, contudo a inclusão dos catadores no programa municipal ocorreu apenas em 2001, diante da necessidade de retirar aproximadamente 60 catadores do aterro municipal e ampliar a cobertura da coleta seletiva no município. Foi apresentada uma nova modalidade de coleta seletiva ao poder público e, na ocasião, os catadores do aterro foram estimulados a se organizarem em associações, uma vez que a forma individualizada de trabalho era operacionalmente muito frágil e a setorização da cidade distribuída por associações possibilitaria um processo organizado de coleta, com a inclusão dos catadores. Os catadores passaram a realizar a coleta seletiva com carrinhos fornecidos pela prefeitura; após coletado, o material era direcionado aos entrepostos, onde os materiais eram acumulados para posterior transporte.

Em setembro de 2009, foi criada a primeira Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis e de Resíduos Sólidos de Londrina, a Coopersil, que mais tarde tornou-se Cooper Região. Passaram a fazer parte da cooperativa 15 das 35 associações que integravam o programa de reciclagem do município de Londrina, totalizando 145 pessoas (SANTOS; LIMA; FERREIRA, 2010). Com a criação da cooperativa, foi possível firmar contrato com o poder público municipal, através da Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização de Londrina – CMTU, para prestar serviço de coleta seletiva de resíduos sólidos no município.

Estudo realizado por Santos, Lima e Ferreira (2010) revela que o perfil dos integrantes da cooperativa (Cooper Região) era predominantemente feminino, sendo 84% do total; a escolaridade dos cooperados era bastante baixa, sendo 15% analfabetos, 37% estudaram até a 4ª série, 40% terminaram o Ensino Fundamental e apenas 3% concluíram o Ensino Médio. A faixa etária prevalecente dos cooperados estava entre 30 e 40 anos, representando cerca de 60% do total. A pesquisa apontou ainda que a CMTU auxiliou na formação da cooperativa,

disponibilizou treinamento e capacitação em cooperativismo, além de disponibilizar cinco barracões e outros equipamentos.

O município de Londrina, atualmente, possui três cooperativas que realizam o trabalho de coleta de materiais recicláveis e resíduos sólidos: a Coocepeve, a Cooperoeste e a Cooper Região, as quais possuem contrato firmado com o poder público municipal, que repassa recursos financeiros, oferece treinamento e capacitação em cooperativismo, além de disponibilizar barracões e outros equipamentos.

Apesar de realizar praticamente o mesmo trabalho, as cooperativas detêm históricos distintos. A Cooper Região surgiu a partir da crise mundial de 2008, quando havia 33 grupos (ONG/associações). A queda do preço do material reciclável levou os catadores a reivindicar, junto ao poder público municipal, um contrato de prestação de serviços, pois apenas o dinheiro proveniente da venda do material não era suficiente para atender às necessidades dos catadores, como afirma uma das representantes da Cooper Região:

a crise fez com que o valor do material caísse muito e aí os catadores começaram a tirar muito pouco, [...] agente não conseguia tirar uma renda digna, tinha caído muito, em torno de 180, 200 reais por mês” (V.C.C). Então, os catadores procuraram a Prefeitura para discutir a possibilidade do poder público auxiliá-los, e assim iniciaram as discussões acerca da possibilidade de criação da cooperativa. Em um primeiro momento, apenas sete grupos mostraram interesse em ingressar na cooperativa, conforme relato da representante da Cooper Região: “porque era um grande desafio, era abrir mão da identidade deles, da vida deles, da individualidade, do poder deles para entrar numa cooperativa (V.C.C).

A Cooperoeste iniciou suas atividades sob a forma de ONG, exercendo, à princípio, um trabalho de caráter excepcionalmente social, com fornecimento de alimentos para pessoas pobres e outras atividades sociais. A ONG iniciou as atividades de coleta de materiais recicláveis e resíduos sólidos e, segundo o representante da Cooperoeste, os trabalhos foram iniciados com o objetivo de recuperar pessoas em vulnerabilidade social, usuários de droga ou em condições de extrema pobreza e tomou forma de cooperativa para poder formalizar contrato com o poder público e para que seus membros estivessem amparados.

Destaca-se que diante da dificuldade de acessar os dados da Coocepeve, não é possível, aqui, apresentar informações sobre seu histórico.

**Quadro 1:** Perfil das Cooperativas

Questão	Cooperoeste	Coocepeve	Cooper Região
a) Data de fundação	Novembro de 2011	Dezembro de 2010	Setembro de 2009
b) Número de cooperados	70	60	238
c) Distribuído em gênero	50 mulheres 20 homens	48 mulheres 12 homens	202 mulheres 36 homens
d) Faixa etária predominante	A partir de 18 até os mais idosos, não há um levantamento.	A partir de 18 até os mais idosos, não há um levantamento.	35 a 60
e) Escolaridade predominante	Analfabetos ou ensino fundamental incompleto	Analfabetos ou ensino fundamental incompleto	Analfabetos ou ensino fundamental incompleto
f) Média de volume de material comercializado/mês	Aproximadamente 100 toneladas	Não soube informar	Aproximadamente 450 toneladas

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Esta pesquisa aponta que do total de pessoas associadas a essas cooperativas, 82% são mulheres, número que se aproxima do estudo realizado por Santos, Lima e Ferreira (2010), que relata que 84% dos cooperados da primeira Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis e Resíduos Sólidos de Londrina eram mulheres. Este trabalho também reforça o estudo de Guérin (2005), que indica que a inserção das mulheres na economia solidária pode representar possibilidades para a conquista da igualdade de gênero. Tais experiências contribuem para o rompimento de algumas dificuldades impostas às mulheres e reafirma o caráter inclusivo da economia solidária.

Os dados coletados revelam que a maioria dos cooperados possui escolaridade muito baixa, entre o analfabetismo e Ensino Fundamental incompleto, conforme os dados apresentados por Santos, Lima e Ferreira (2010). Como sugerem Gaiger e Ogando (2004), além da indiscriminação das mulheres, o estudo também aponta que a economia solidária contribui para a redução das desigualdades, ao incluir pessoas pouco qualificadas, que têm mais dificuldades de acesso a emprego e renda.

### 3.2 Gestão

O princípio da democracia participativa, enfatizado por Singer (1999) como um dos componentes da economia solidária, parece ser adotado por todas as cooperativas estudadas, uma vez que as decisões são tomadas em assembleias com grande participação dos cooperados. A diretoria e conselhos são definidos em assembleia, com tempo de mandato de dois a quatro anos.

Foi constatada diferenciação na retirada mensal das três cooperativas, porém esta é bem aceita pelos cooperados, uma vez que são realizadas de acordo com a produção ou com a função desempenhada dentro da cooperativa. Os valores são definidos pelos próprios cooperados e o percentual acrescido às outras funções tem como base a retirada mensal dos catadores.

Quanto à gestão administrativa das cooperativas, observou-se maior profissionalização da Cooper Região, que possui planejamento estratégico, estudos de viabilidade e outras ações visando melhorar a gestão da cooperativa. Destarte, não há controle efetivo da entrada dos materiais, somente de saída, realizado através das notas fiscais. Houve certa dificuldade em levantar quais os maiores problemas internos ou de relacionamento existentes nas cooperativas; entretanto, apenas a Cooper Região demonstrou alguma iniciativa no sentido de minimizar possíveis conflitos, por meio de projetos de cultura, música e expressão, e a representante da Cooper Região registrou que

os conflitos existem, mas a gente tem buscado formação, tem buscado parceria, tem buscado levar eles a terem momentos de descontração, momentos de cultura, valorização, pra poder quebrar um pouco o clima (V.C.C.).

Quanto ao ingresso de novos cooperados, todas as cooperativas apresentaram um cuidado de demonstrar

aos interessados como funciona o cooperativismo e apresentar o estatuto antes de sua entrada na cooperativa, o que demonstra um aspecto muito positivo para auxiliar o cooperado a entender os princípios cooperativistas antes de integrar efetivamente um empreendimento, postura esta bem diferente da praticada nas empresas capitalistas.

Diferentes aspectos foram citados no que diz respeito às dificuldades enfrentadas pelas cooperativas. Para o representante da Cooproeste, os principais desafios enfrentados hoje são a falta de conhecimento administrativo, logístico, comercial e de negociação e o desinteresse dos cooperados em buscar capacitação profissional. Segundo a representante da Coocepeve, uma ameaça para a cooperativa é o relacionamento instável com a CMTU. A representante da Cooper Região, por seu turno, acredita que a falta de barracões próprios e adequados é um dos maiores gargalos da produção da cooperativa.

### 3.3 Parceria com o poder público municipal

Em 2009, foi instituído o Programa Londrina Recicla pelo Decreto Municipal nº 829/2009, o que possibilitou a contratação da primeira cooperativa de catadores para prestação de serviços de coleta seletiva. Desde então, a coleta de materiais recicláveis e resíduos sólidos tem sido efetuada pelas cooperativas, que coletam os resíduos recicláveis separados pela população e os encaminham aos entrepostos para triagem e comercialização. As cooperativas são contratadas pela prefeitura através da Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização – CMTU, que faz um repasse mensal referente aos serviços prestados pelas cooperativas e fornece o aluguel de barracões, equipamentos de proteção individual (EPI), veículos para coleta e transporte e outros equipamentos utilizados nos entrepostos das cooperativas.

A parceria com o poder público apresenta papel fundamental para a estruturação e funcionamento das cooperativas e foi um grande avanço à firmação dessas parcerias; todavia, foram obtidas diferentes percepções entre as cooperativas quanto ao relacionamento com o poder público. A seguir, expõe-se a opinião da representante da Cooper Região sobre o relacionamento com a CMTU:

A relação sempre foi tranquila, bem profissional, eles cobram bastante e a gente se esforça para fazer o melhor, porque é uma prestação de serviço até pra quebrar o mito de que catador não teria condições de tocar uma cooperativa ou de ser contratado [...] uma questão é a do prazo de contrato, seis meses, isso dá um engessada na cooperativa, você não consegue fazer um planejamento, você não consegue pensar algo a médio e longo prazo porque é uma incerteza, a cada seis meses você tá ali correndo atrás da documentação pra renovar o contrato (V.C.C.).

Ao ser questionada sobre o relacionamento entre a Coocepeve e a CMTU, a representante da cooperativa argumentou que:

A CMTU faz um repasse, só que ultimamente o repasse deles está atrasado e está a maior confusão, ou então se repassa, não repassa nem a metade do valor, [...] não dá pra contar, porque um mês tem e dois, três meses não tem (V.S.P.).

Segundo o representante da Cooperoeste:

A CMTU tem investido e auxiliado a cooperativa a manter os funcionários, disponibilizar barracões, caminhões, manutenção dos veículos, combustível e estrutura, mas uma dificuldade é que o contrato dura só seis meses e fica difícil financiar algum equipamento ou investir na cooperativa, porque você só pode contar com o auxílio durante esse período (A.B.).

Verificou-se certa instabilidade na relação entre as cooperativas e a CMTU, especialmente devido ao curto prazo estabelecido no contrato firmado entre as partes. Os problemas relatados pela representante da Coocepeve não foram abordados pelos dirigentes das outras cooperativas, no entanto, durante as entrevistas, foram perceptíveis as questões que não foram claramente ventiladas nas falas, ou seja, que há fragilidade no relacionamento com o poder público, especificamente em relação ao período de contrato, mas também no sentido de haver algum atraso no repasse de recursos ou materiais, como sacos de lixo ou EPs. Esta pesquisa reafirma o estudo de Magni (2011), que indica a instabilidade das parcerias existentes entre as cooperativas de catadores e as prefeituras municipais.

Observou-se também grande dependência das cooperativas em relação ao poder público, principalmente no tocante à disponibilização de estrutura, barracões, caminhões e auxílio financeiro. Não se pode deixar de destacar o risco de cooptação dessas organizações por parte da prefeitura, como ressalta Santos, Lima e Ferreira (2010), visto que a dependência extrema destas cooperativas em relação ao poder público pode vir a limitar sua autonomia. Os autores acreditam que é necessário superar a relação de subserviência de forma que se “ultrapasse a possível visão de assistencialismo para a de direitos construídos”.

### 3.4 Comercialização

Após a realização da coleta domiciliar, os materiais foram encaminhados aos entrepostos das Cooperativas para triagem, separação e compactação dos recicláveis. Em sua maioria, os materiais são vendidos a intermediários que os revendem à indústria. Na Cooperoeste e Coocepeve, a realidade é semelhante, os materiais são vendidos a atravessadores que têm os equipamentos para moer o material, ou de alguma forma agregar valor aos materiais e então os revendem para a indústria por um valor maior, conforme relato do integrante da Cooperoeste:

Hoje a nossa realidade é assim: cada barracão vende o seu material, eles tem uma carga e vende pra onde ele quiser. É o seguinte: nós fazemos uma cotação, vemos quem paga mais, mas temos um problema sério, as empresas que pagam mais demoram pra vir buscar, aí vira um caos o barracão [...] e como produz muito, você tem que vender o mais rápido possível (A.B.).

Percebe-se certa dificuldade da Cooperoeste no que tange à comercialização; os barracões não são suficientes para abrigar todo o material coletado e acumular grandes quantidades para obter melhores negociações no preço de venda. As mesmas dificuldades observadas na Cooperoeste

também estão presentes na Coocepeve; além disso, a presença de intermediários também é constante na comercialização da Coocepeve, segundo o relato do representante:

É feita a triagem no barracão, separação do material e vendemos [...] depois da separação usamos a prensa para prensar o material porque senão junta muito volume [...] é vendido para empresas de fora, algumas são daqui de Londrina mesmo, eles compram e levam pra lá, mas eu não sei o que eles fazem (V.S.P.).

A Cooper Região também vende a alguns intermediários, porém esses compradores trabalham com um tipo específico de material e por isso conseguem pagar um preço maior à cooperativa; ademais, a cooperativa já consegue vender alguns produtos diretamente para a indústria, o que gera grandes vantagens, porque ao eliminar os intermediários os cooperados negociam melhores preços para a venda dos materiais, segundo a representante da Cooper Região:

Hoje nós temos quatro materiais que já conseguimos comercializar direto para a indústria, porque quando você fala comercializar direto para a indústria você precisa ter capital de giro, porque os pagamentos não são a vista, você tem que ter qualidade do material e quantidade. [...] Eu vendo para um atravessador, que trabalha com um tipo de material, assim consegue um preço melhor, por causa do volume (V.C.C.).

Ainda que as cooperativas atuem no mesmo município, não há integração aparente entre elas. Algumas relataram ter dificuldades em acumular grandes quantidades de materiais para venda e esse problema talvez pudesse ser minimizado caso a comercialização fosse realizada em conjunto pelas cooperativas. Pode-se concluir, a partir dos relatos, que a presença dos atravessadores ainda é um fator que dificulta a melhora dos rendimentos dos cooperados, e que a eliminação dos intermediários poderia proporcionar um aumento nos ganhos das cooperativas, de acordo com Cruzio (2000, p.21):

Substituem a figura do intermediário, pois fazem a ligação entre o tomador de serviço e o associado; eliminam a figura do atravessador uma vez que o associado produz, e ele mesmo vende sua produção diretamente ao consumidor; negociam melhores preços, reduzem custos da produção ou aqueles decorrentes da prestação de serviços por terceiros.

Os representantes das cooperativas acreditam que diferentes fatores poderiam facilitar essa possível eliminação dos intermediários nesse processo de comercialização dos materiais, entre os quais foram citados a aquisição de equipamentos que possibilitem que os materiais sejam moídos e compactados, mais barrocões próprios e mais adequados, além de um contrato mais extenso e estável com o poder público.

### 3.5 Qualidade de vida e inclusão social

Um dos valores culturais da Economia Solidária é a busca pela justiça econômica e social (SINGER, 1999). Nesse sentido, buscou-se observar, nas cooperativas, os benefícios econômicos e sociais alcançados pelos cooperados, bem como a melhora na qualidade de vida dos trabalhadores após a inclusão nas cooperativas. Os representantes das três

cooperativas revelaram que houve melhora na qualidade de vida dos cooperados, uma vez que todos citaram exemplos de pessoas que entraram na cooperativa em condições de extrema pobreza, casos de moradores de rua ou usuários de droga que, após o ingresso na cooperativa, além de passarem a ter uma renda, houve também um resgate da dignidade e cidadania dessas pessoas.

O representante da Cooperoeste acredita que a cooperativa proporcionou aos cooperados melhoras “tanto no aspecto econômico quanto social” (A.B.), citando também o amparo que o cooperado passou a ter através da contribuição para o INSS e relatou alguns exemplos de sucesso vindos da cooperativa. Para a representante da Coocepeve, o trabalho na cooperativa, além de gerar uma renda digna aos trabalhadores, proporciona também maior flexibilidade no trabalho e qualidade de vida. A representante da Cooper Região afirma que a cooperativa tem vários impactos positivos na vida dos cooperados e de suas famílias:

Desde tirar o catador de dentro da casa, dos filhos comerem no meio do lixo, até o resgate da cidadania, de ter toda a documentação [...] houve o resgate da cidadania, a valorização do trabalho, ele passou a ter INSS, nós temos as gestantes que ficam quatro, cinco meses de licença maternidade, se acidentou fica pelo INSS, aposentadoria, já conseguimos, já tem uns dois ou três que já se aposentaram, são conquistas. Antigamente ganhava o que os outros davam na rua, se ganhava comia se não ganhava não, hoje um só (entrepasto) que não tem, os outros quatro tem cozinha, é feita refeição por uma pessoa específica só pra cozinhar, é café da manhã, café da tarde, tem horário do meio dia que é o horário de almoço, então mudou muito. A gente tem a política de o próprio catador, ele poupar, quando nós começamos era cinco por cento da tua retirada (do cooperado) para depois, no final do ano retirar, a gente deu o nome de poupança natalina, no primeiro ano a gente fez avaliação e foi unânime, aumentar para dez por cento de todo mundo (V.C.C).

A retirada mensal dos catadores atualmente gira em torno de R\$850,00 a R\$1.000,00 na Coocepeve e Cooperoeste; na Cooper Região, a retirada é de R\$1.290,00, em média. A representante da Cooper Região informou que a renda média mensal dos catadores, após a desvalorização dos materiais com a crise de 2008, estava em torno de R\$180,00 a R\$250,00.

Apesar da significativa melhora no rendimento dos cooperados, o que foi observado durante essa etapa das entrevistas vem ao encontro do que pontua Singer (2002): a economia solidária, no que se refere à redução das desigualdades econômicas, não considera somente aspectos financeiros, mas proporciona qualidade de vida aos seus membros e pode levar benefícios sociais e ambientais para a comunidade.

#### 4 Conclusão

Diante dos resultados obtidos por meio das entrevistas, ficam evidentes os benefícios sociais alcançados pelos membros das cooperativas, pois as pessoas saíram da informalidade, situação de desemprego e pobreza extrema e hoje se encontram amparadas pela previdência social, com acesso à aposentadoria e outros direitos assegurados por lei.

Observou-se que as cooperativas de catadores de materiais recicláveis e resíduos sólidos de Londrina, PR, têm estimulado a geração de trabalho e renda de muitas famílias. Também foi possível constatar que essas cooperativas contribuem para a inclusão dos membros excluídos pelo sistema capitalista, favorecendo a solidariedade coletiva, a prática da democracia participativa, valorização do ser humano, além de contribuir para a redução das desigualdades econômicas dos catadores e suas famílias. Nesse âmbito, os cooperados promovem, além do saneamento ambiental, sua própria inclusão social.

Outro avanço observado nas cooperativas foi a melhora do rendimento dos cooperados, que está acima do salário mínimo em todas as cooperativas, chegando a quase dois salários na Cooper Região.

O caráter inclusivo dos empreendimentos de economia solidária apresentado por estes autores é reforçado pelos resultados desta pesquisa, uma vez que são incluídos os mais pobres, com baixo nível de instrução e as mulheres, que sofrem mais com desemprego e possuem mais limites na escolha do trabalho.

Foram observadas diferenças nas cooperativas pesquisadas tanto em relação ao perfil, gestão, comercialização quanto em outras perspectivas. Um aspecto que chama a atenção é a diferença de rendimentos dos cooperados da Cooper Região para as demais cooperativas. Foi percebida pouca ou nenhuma integração entre as cooperativas, porém parcerias entre as cooperativas poderiam ser firmadas para socializar as práticas bem sucedidas da Cooper Região às demais cooperativas, o que poderia melhorar o desempenho dos empreendimentos e maximizar o rendimento dos cooperados.

Muitos avanços foram alcançados pelas cooperativas, porém há um longo caminho a se percorrer. A pesquisa denota certa fragilidade na parceria entre o poder público municipal e as cooperativas, considerando que o período de contratação é curto, o que gera certa instabilidade nas parcerias. Ademais, há um risco de dependência extrema em relação ao poder público e perda da autonomia das cooperativas, o que pode distorcer os princípios cooperativistas e de economia solidária. Outro desafio encontrado consiste em eliminar os intermediários do processo de comercialização, visto que para suprimir a figura dos atravessadores seria necessário agregar valor aos materiais coletados para que a comercialização seja feita diretamente com a indústria e melhores preços sejam negociados.

A parceria com o poder público é fundamental para o funcionamento das cooperativas, tanto no repasse financeiro quanto na cessão de barracões e equipamentos. Todavia, deve-se lembrar de que o serviço de coleta de materiais recicláveis e resíduos sólidos é um serviço público essencial de responsabilidade do governo municipal e que essa parceria com as cooperativas não deve ser encarada como uma medida assistencialista, uma vez que seria necessário destinar os recursos a qualquer outra empresa. Assim, aliar essa necessidade de prestação de um serviço público

a uma demanda social, como o caso das cooperativas, pode ser tratado de maneira estratégica e pensado com grande seriedade pelos governantes, pois traz benefícios à sociedade como um todo. Portanto, cabe ao poder público apoiar, fomentar e viabilizar empreendimentos no âmbito da economia solidária. Entretanto, as medidas devem superar o caráter assistencial e acionar o protagonismo dos pobres, promovendo a inclusão social e a emancipação desses agentes.

## Referências

- ANDRADE, M.M. *Introdução à metodologia do trabalho científico*: elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo: Atlas, 2010.
- ANNIBELLI, M.B. A ordem econômica brasileira e o cooperativismo. *Revista Eletrônica do CEJUR*, v.1, n.3, p.222-234, 2008.
- BARROS, A.J.S. LEHFELD, N.A.S. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- BARROS, R.P.; HENRIQUES R.; MENDONÇA, R. *A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro, IPEA, 2000.
- BRASIL. Presidência da República. *Política Nacional de Resíduos Sólidos*. Lei n.º 12305, de 2 de agosto de 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm)>. Acesso em: 10 out. 2013.
- CATTANI, A.D. *A outra economia: os conceitos essenciais*. In: CATTANI, A.D. (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.
- CRUZIO, H. O. *Como organizar e administrar uma cooperativa: uma alternativa para o desemprego*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- GAIGER, L.I. Empreendimentos econômicos solidários. In: CATTANI, A.D. (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003, p. 63-71.
- GAIGER, L.I.; OGANDO, C.B. Economia solidária e desigualdades: uma análise a partir do mapeamento nacional. *Revista de Ciências Sociais*. n.3, v.50, p.211-228, 2004.
- GODOY, A.S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, v.35, n.3, p.20-29, 1995.
- GUÉRIN, I. *As mulheres e a economia solidária*. São Paulo: Loyola, 2005.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2010*. 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 jun. 2013.
- KLIKSBERG, B. *Desigualdade na América Latina: o debate adiado*. São Paulo: Cortez, 2002.
- LONDRINA - Prefeitura do Município de Londrina. *Perfil do Município de Londrina*: Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia, 2013. Disponível em: <http://www.londrina.pr.gov.br/> Acesso em: 3 fev. 2014.
- LOPES, L. *Gestão e gerenciamento integrados dos resíduos sólidos urbanos: alternativas para pequenos municípios*. 2006. 113f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- MAGNI, A.A.C. *Cooperativas de catadores de resíduos sólidos urbanos: perspectivas de sustentabilidade*. 2011. 116f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- SANTOS, B.S. (Org.). *Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista*. Porto: Afrontamento, 2002.
- SANTOS, L.M.L.; LIMA, J.; FERREIRA, T. Parceria entre economia solidária e poder público: avanços e desafios de COOPERSIL. *Revista Capital Científico*, v.8, p.37-48, 2010.
- SANTOS, L.M.L.; BORINELLI, B. Economia solidária: propostas e perspectivas. In: BORINELLI, B; SANTOS, L.M.L.; PITAGUARI, S.O. *Economia solidária em Londrina: aspectos conceituais e a experiência institucional*. Londrina: Eduel, 2010, p.1-23.
- SINGER, P. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo, Contexto, 1999.
- SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B.S. *Produzir para viver: Os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

